

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA

Mônica Fátima Valenzi Mendes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, SP, Brasil

Ana Laura Schiemann

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, SP, Brasil

Mônica Silva do Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, SP, Brasil

RESUMO: Este trabalho é um relato de experiência sobre as atividades que vêm sendo desenvolvidas numa universidade confessional da zona oeste da cidade de São Paulo. O foco é a implantação de um núcleo de apoio pedagógico na perspectiva da Educação Inclusiva criado para fortalecer a política de inclusão de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem. Desenvolve-se atuação para acolher, adaptar e promover a igualdade de oportunidades por meio de ações como a Monitoria Inclusiva; atendimento à família e aos/às estudantes na tentativa de compreender suas necessidades e fazer os encaminhamentos pedagógicos junto às coordenações de seus cursos. Busca criar parcerias internas e mecanismos de acessibilidade e apoio pedagógico específicos para garantir equidade de acesso, permanência e sucesso acadêmico. Destacam-se os desafios e as perspectivas futuras para a efetivação de uma educação que respeita e valoriza a diversidade. A vivência tem nos indicado que os professores do ensino superior não se sentem preparados para atender às necessidades dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva. formação de professores. estudantes com deficiência. estudantes com transtornos de aprendizagem. monitoria inclusiva.

ABSTRACT: This work is an experience report about the activities that have been developed at a confessional university in the west zone of the city of São Paulo. The focus is the implementation of a pedagogical support center from the perspective of Inclusive Education created to strengthen the inclusion policy for students with disabilities and/or learning disorders. Action is developed to welcome, adapt and promote equal opportunities through actions such as Inclusive Monitoring; assistance to families and students in an attempt to understand their needs and make pedagogical recommendations with the coordinators of their courses. It seeks to create internal partnerships and specific accessibility and pedagogical support mechanisms to ensure equal access, retention and academic success. The challenges and future perspectives for implementing an education that respects and values diversity stand out. Experience has shown us that higher education teachers do not feel prepared to meet the needs of students.

KEYWORDS: inclusive education. teacher training. students with disabilities. students with learning disabilities. inclusive monitoring.

INTRODUÇÃO:

Este artigo apresenta um relato de experiência que vem sendo realizada no ensino superior numa Universidade particular confessional da zona oeste da cidade de São Paulo na direção da inclusão de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem.

Sua origem foi uma proposta de criar um núcleo de apoio para estudantes e professores/as na perspectiva da educação inclusiva. A iniciativa surgiu de um convite da reitora da universidade. Iniciou-se em novembro de 2017 com o levantamento do número de alunos/as com diferentes deficiências: auditiva, motora, visual etc. e com transtornos de aprendizagem.

A partir disso, organizou-se e instalou-se um núcleo de atendimento pedagógico como espaço de estudo e de acolhida dedicado à demanda dos/as docentes e principalmente dos/as discentes que apresentavam necessidades específicas de aprendizagem e/ou deficiência. Buscou-se parcerias e compreender e sugerir encaminhamentos pedagógicos às situações do cotidiano e atendimento acadêmico específico.

Assim, o núcleo foi oferecendo assessoramento técnico e pedagógico sempre que era solicitado e assumindo o compromisso de contribuir com a qualificação da atividade acadêmica desenvolvida na instituição e constituindo o que foi denominado Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva – NAPEI.

O NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – NAPEI:

A educação inclusiva no Brasil é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, que define que os/as estudantes devem estudar preferencialmente na rede regular de ensino e que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades desses estudantes (BRASIL,1996).

Desde então, a legislação brasileira voltada para a Pessoa com Deficiência – PcD foi sendo construída, aperfeiçoada e evoluindo conforme a sociedade reconhecia a importância de garantir direitos e promover a inclusão.

Destaca-se a Convenção de Nova York que foi assinada pelo Brasil e transformada no Decreto 6949/2009 e se tornou um guia para o entendimento e atuação junto às PcD, dentre os temas, a educação ampla e integral dessas pessoas. Somando-se a esse decreto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI

- Lei 13.146/2015) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, veio consolidar os princípios adotados garantindo direitos fundamentais nas áreas de acessibilidade, saúde, educação, trabalho e inclusão social.

Juntas, essas normativas asseguram que as PcD tenham suas necessidades atendidas de

forma integral, promovendo sua plena participação na sociedade com autonomia e dignidade ressaltando que a inclusão deve ser um direito garantido, assegurando a plena participação de todos/as em igualdade de condições.

Assim, a educação das PcD tem-se tornado um tema extremamente importante como uma condição necessária para a inclusão dessas pessoas na Universidade. A inclusão das PcD na educação superior acontece desde o final dos anos noventa no Brasil e cada vez mais se torna atual e necessária.

O processo de inclusão na escola e na vida depende de uma série de situações e adaptações. Com o intuito de colaborar com a inserção da PcD na sociedade, e a melhoria na sua qualidade de vida, algumas medidas são colocadas em pauta, dentre elas aparecem a educação inclusiva de crianças e jovens e cotas para PcD em empresas como medida para auxiliar na empregabilidade.

Os temas básicos que estão envolvidos com o Ensino Superior e os PcD envolvem a acessibilidade, a inclusão e a realização pessoal. De acordo com o Dicionário Significados (2014), acessibilidade é a qualidade do que é acessível, ou seja, é aquilo que é atingível, que tem acesso fácil. É um substantivo feminino que está relacionado àquilo que tem facilidade de aproximação, no trato e na aquisição.

Já a inclusão se define como o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos de que antes não faziam parte. Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade.

Dessa forma, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito (DICIONÁRIO SIGNIFICADOS, 2017). O encontro com o outro pode promover a desconstrução de preconceitos, de conhecimentos, de experiências e vivências. A presença de leis, mas a pouca disposição do poder público em viabilizar que essas leis sejam cumpridas, atingem diretamente no empoderamento e emancipação dessas pessoas.

A garantia de dispositivos que garantam a acessibilidade à PcD é um dos passos que toda sociedade que visa à equidade entre os indivíduos deve buscar, além de também garantir que haja inclusão social.

A respeito da educação inclusiva no ensino superior, Ferrari e Sekkel (2007) identificaram três níveis de desafios a serem enfrentados. O primeiro se refere à tomada de posição das instituições sobre os objetivos e a elegibilidade dos alunos para seus cursos. O segundo se reporta à necessidade de formação pedagógica dos professores do ensino superior para a educação inclusiva. E o terceiro se refere à necessidade de uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.

COSTA (2020) afirma que a inclusão das PcD modifica toda a estrutura da

Universidade e modifica, inclusive, a gestão universitária.

A partir disso pode-se afirmar que a inclusão no ensino superior é um tema que tem ganhado cada vez mais relevância, especialmente diante do aumento da diversidade nas salas de aula. O NAPEI foi criado com o objetivo de atender às demandas de inclusão, garantindo que todos os/as estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Quase trinta anos após a promulgação da LDB/96, sabe-se que os/as estudantes com deficiência estão acessando cada vez em maior número o ensino superior e que os/as professores/as, do mesmo modo, que os/as professores/as da escola básica, se consideram despreparados/as para o trabalho com o/a estudante com deficiência, mantendo, dessa maneira, uma organização curricular rígida e práticas metodológicas e avaliativas homogêneas. (MOURÃO, 2011; PIMENTEL, 2009)

É importante asseverar que a carência de conhecimento do/a professor/a sobre as características das deficiências e/ou dos transtornos de aprendizagem e o não reconhecimento das potencialidades destes/as estudantes e conseqüentemente a não flexibilização e adaptação do currículo podem ser consideradas fatores determinantes para as barreiras metodológicas e atitudinais e a resistência em relação à inclusão.

Dessa forma, fica evidente que não basta garantir o acesso desses estudantes à universidade, é necessário garantir a equidade no atendimento pedagógico. É indispensável reconhecer as diferenças individuais e promover um ambiente educacional que respeite essas diferenças.

Sendo assim, no final de 2017 foi apresentada à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD “Proposta para o Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva – NAPEI” com os seguintes objetivos:

- fortalecer a política de inclusão promovendo as condições necessárias para o ingresso, permanência e conclusão de alunos com necessidades educacionais específicas;
- sensibilizar a comunidade universitária das propostas de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam deficiências e/ou transtornos de aprendizagem promovendo a corresponsabilidade na construção de ações educativas de inclusão na universidade;
- apoiar e potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio de orientações específicas a gestores, professores e alunos sobre o processo de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem;
- colaborar com os órgãos colegiados da universidade, dos cursos, na direção da compreensão da deficiência não só como dificuldade motora, cognitiva, mas também como falta de oportunidades de aprendizagem que tiveram em seu processo de formação acadêmica;
- organizar oficinas sobre inclusão e ações educacionais propositivas;
- elaborar propostas compartilhadas com demais setores da universidade em relação a identificar dificuldades arquitetônicas ou infraestrutura geral, planejando ações a serem estudadas para futura implantação com a intenção de facilitar a inclusão de todos;
- promover o desenvolvimento de atividades formativas junto aos professores subsidiando a prática educativa inclusiva;
- oferecer acolhimento especial aos discentes ingressantes por processo seletivo ou por transferência viabilizando sua inclusão acadêmica. (NOFFS, 2017, p. 5)
- Para atingir esses objetivos foram traçados alguns procedimentos, tais como:

- o coordenar as ações desenvolvidas no núcleo no atendimento aos/às estudantes;
- o organizar o levantamento na universidade, por curso, de quais, quantos, em qual período se encontram os/as estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem;
- o analisar os dados colhidos buscando parcerias no enfrentamento das dificuldades encontradas;
- o apoiar os/as docentes visando suas ações em sala de aula;
- o colaborar com os diferentes setores na construção de instrumentos que permitissem identificar, atualizar prontuários pedagógicos visando atender melhor às necessidades dos/as estudantes e superando preconceitos que poderiam estar ocorrendo no cotidiano da universidade.

A partir daí, decorreu-se o contato com a Pró-Reitoria de Relações Comunitárias – PROCRC que mantém o Setor de Atendimento Comunitário - PAC e com o Vestibular e foram-se delineando estratégias conjuntas.

O PAC tem como missão ser a referência institucional e a porta de entrada para acolher, orientar, mediar e elaborar as situações e os casos que necessitem de atendimento psicossociocomunitário. Possui equipe interdisciplinar formada por profissionais nas áreas de Psicologia/Educação Especial e Inclusiva; Serviço Social/Mestra em Saúde Pública e Gestão Cultural; Pedagogia/Psicopedagogia.

Tem como áreas de atuação “Política de Atendimento” em que realiza o acolhimento e a orientação de demandas espontâneas ou encaminhadas por professores, coordenadores e funcionários; “Política de Inclusão” em que já fazia o atendimento de alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais específicas e passou a atuar em conjunto com o NAPEI; e “Política de Permanência Estudantil” em que oferece bolsa alimentação para estudantes bolsistas, inclusão digital com empréstimos de computadores e formação complementar oferecendo cursos de Produção Textual e Língua Inglesa.

No que se refere à Política de Inclusão, iniciou-se organizando o fluxo de informações em que o setor Vestibular informa sobre os/as candidatos/as público-alvo dessa política e, a partir do contato inicial das profissionais do PAC, identificam-se as necessidades de apoios, ou seja, o PAC faz o acolhimento entrando em contato com o/a estudante e/ou família para entender as necessidades específicas, confirma os recursos e/ou adaptações solicitadas; faz o contato com o diretor de campus para atendimento de questões da estrutura física da universidade quando necessário; faz o cadastro por curso e encaminha para o NAPEI a lista desses/as estudantes destacando os/as que necessitam de apoio pedagógico para realizar o contato com o/a estudante e a coordenação do seu curso.

O acolhimento é um dos pilares do trabalho, garantindo que os estudantes se sintam seguros e valorizados desde o momento de sua entrada na universidade. As adaptações pedagógicas solicitadas, em geral, incluem maior tempo para avaliações, uso de recursos

tecnológicos e adaptações nos formatos de aula, visando eliminar barreiras que possam comprometer o aprendizado.

Em seguida, NAPEI e PAC encaminham carta informativa aos coordenadores de curso semestralmente relacionando os estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem com a necessidade educacional especial – NEE e a adaptação solicitada.

Apreende-se que NEE são aquelas que derivam dos intercâmbios dos/as estudantes com ou sem deficiência e/ou transtorno de aprendizagem, que reduzem e/ou impedem a sua participação na vida acadêmica que podem ser de caráter temporário ou permanente e que demandam apoio institucional específico de recursos e/ou serviços diferenciados para oportunizar a equiparação de condições que os/as levem à expressão plena de desenvolvimento educacional em sociedade. (STAINBACK & STAINBACK, 1999)

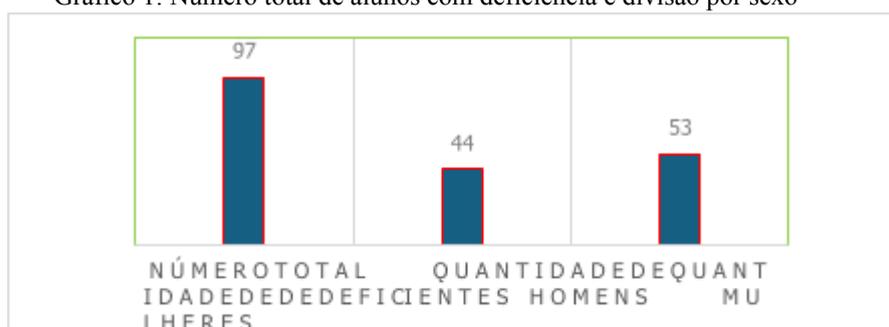
Constantemente atendem estudantes e família e conversam com coordenações para adequar situações didáticas às deficiências e/ou transtornos de aprendizagem. Essa fase é essencial para mapear as necessidades e adaptar as metodologias pedagógicas. O diálogo com alunos/as e familiares, e muitas vezes, com profissionais que atendem o/a estudante, permite compreender profundamente as barreiras enfrentadas e planejar intervenções adequadas.

Com o tempo foi se mostrando importante criar ação mais efetiva que auxiliasse estudantes com cegueira, então foi elaborada a ação “Projeto Ledores” no ano de 2019 com atuação em 2020. Essa ação consistiu em realizar edital para seleção de estudantes da universidade para acompanharem nas aulas e realizarem a leitura dos textos para duas estudantes cegas.

Logo essa ação foi se mostrando positiva e que deveria se alargar para atender outras necessidades educativas. Ao mesmo tempo a demanda de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem crescia. Assim, passou a ser denominada Monitoria Inclusiva em 2022 e adveio a atender estudantes com outras deficiências e/ou transtornos de aprendizagem.

Em fevereiro de 2022, a Universidade se apresentava com um número total de 97 estudantes com deficiência divididos em 44 homens (45%) e 53 mulheres (54%). Não se observa uma diferença estatística significativa entre os sexos.

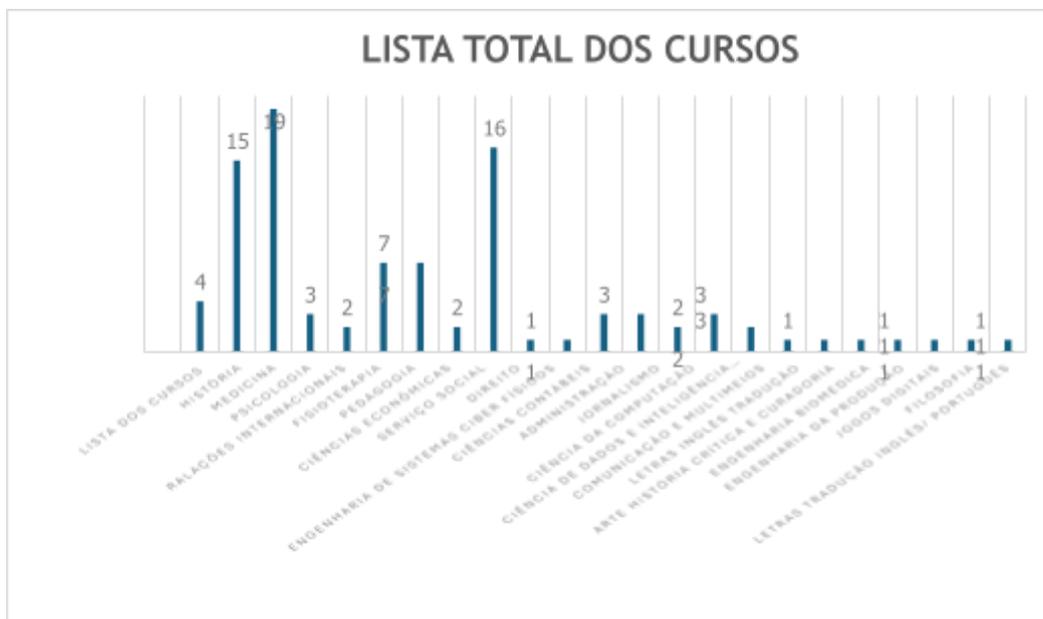
Gráfico 1: Número total de alunos com deficiência e divisão por sexo



Fonte: autoria própria.

Os cursos com maior número de estudantes com deficiência eram Psicologia, Direito e Medicina em número total, mas, também, são os cursos que tem o maior número de discentes matriculados.

Gráfico 2: Estudantes e cursos



Fonte: autoria própria

Observa-se no gráfico 3 que as deficiências que aparecem em maior número são as que envolvem as condições de atenção e hiperatividade, seguida de autismo.

Gráfico 3: Quantidade de deficiências



Fonte: autoria própria.

Em relação aos recursos solicitados pelos/as estudantes, nota-se que eram bem poucos e envolviam especificamente a solicitação de intérpretes de libras e tempo adicional para a prova e a grande maioria não necessitava de nada. Somente seis estudantes solicitaram apoio pedagógico no início do ano. Entretanto, no decorrer do ano letivo, recebeu-se muitas solicitações de apoio pedagógico por meio da Monitoria Inclusiva.

Como se pode realçar, a comunidade de deficiências é expressiva e a Universidade vem se empenhando para acolher, incluir e habilitar todas as pessoas que fazem parte de seu quadro.

Gráfico 4: Recursos solicitados



Fonte: autoria própria.

Sendo assim, foram sendo desenvolvidos protocolos específicos para cada tipo de demanda, e as adaptações foram sendo realizadas de forma colaborativa com todos os envolvidos.

O NAPEI também busca parcerias na universidade para oferecer acessibilidade e elaborar propostas. Já se iniciaram as parcerias com a Divisão de Tecnologia da Informação – DTI para a construção de site institucional acessível; com o Grupo de Trabalho – GT da Inclusão; e com o Centro de Aperfeiçoamento Docente – CAD em que semestralmente oferecem-se formações aos docentes da universidade em temas da área da educação especial e da educação inclusiva.

Ressalta-se a formação dos/as professores da universidade como fundamental para garantir que a inclusão e o atendimento pedagógico equitativo aconteçam.

Também foi possível, nessas parcerias, produzir vídeo institucional orientador para o trabalho docente com estudantes com deficiência auditiva e surdez que envolveu os profissionais especializados na área: professora do curso de fonoaudiologia, tradutor-intérprete de libras e especialista na áudio- comunicação.

Outra parceria importante foi com o curso de Psicologia em que se buscou apoio para

atendimento à estudante com Transtorno do Espectro Autista – TEA realizado por uma docente da área e alguns alunos.

O curso de Psicologia realizou ações importantes para a inclusão de seus alunos tais como a criação da Comissão de Acessibilidade do curso que criou um boletim, divulgado no site da Universidade, identificação e acolhimento dos/as alunos/as com deficiência no curso; envio de notificação e orientação para os docentes quando os mesmos têm discentes com deficiência em suas turmas; atividades na semana de integração do curso que abordem inclusão e tratamentos de PcD; mesas redondas sobre o tema da acessibilidade; diálogo com a Universidade sobre as necessidades específicas dos/as estudantes do curso no que tange aos diversos tipos de aula que compõe o curso; além de dar suporte e assessoria aos demais cursos da Universidade.

Um instrumento importante foi o Boletim da Comissão de Acessibilidade do curso de Psicologia. Esse instrumento foi online e abordou em suas sessões alguns tópicos importantes tais como, desenvolvimento por meio de entrevistas e temas relacionados à inclusão das PcD: desde mobilidade; condições de aprendizagem; matérias sobre o curso e sobre a profissão; uma sessão sobre as PcD no curso e suas necessidades; apresentação das instâncias da Universidade que atendiam as PcD; dicas para os/as docentes para lidar com as necessidades das PcD, entre outras informações consideradas significativas. O boletim foi realizado primeiro por uma docente e, com o passar do tempo, uma equipe foi se formando para produzir o material.

Ações com os alunos do curso também foram realizadas tais como Iniciações Científicas – IC sobre inclusão, inclusive uma delas premiada como a melhor IC da Psicologia; participação em congressos e eventos internos para a sensibilização dos alunos quanto às necessidades de adaptação para a inclusão; aumento no número de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC que abordam a temática da deficiência; gerou um projeto de Pós-doutoramento para a formação dos docentes que tem favorecido a inclusão de psicólogos formados na instituição em trabalhos e ações junto a essa população.

Outro ponto fundamental tem sido a discussão e os trabalhos coletivos realizados pelos diversos órgãos da Universidade e os próprios alunos com deficiência para o aperfeiçoamento dessas ações. Apresentamos alguns a seguir.

MONITORIA INCLUSIVA:

A Monitoria Inclusiva é uma iniciativa que seleciona estudantes de graduação e pós-graduação para apoiar colegas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem por meio de Edital anual denominado “Apoio à acessibilidade e à permanência de Pessoas com Deficiência e/ou Transtornos de Aprendizagem na Graduação – Monitoria Inclusiva” com a finalidade de ampliar a política acadêmica de apoio a discentes no intuito de garantir a

qualificação de seu percurso universitário e estimular condições para sua permanência na instituição.

Tem como objetivos:

- Contribuir para a inclusão acadêmica, para a permanência e o desenvolvimento de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem para a melhoria de seu desempenho nos cursos de graduação;
- Contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão dos/as estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem matriculados/as nos cursos de graduação da Universidade, possibilitando-lhes a conclusão da graduação;
- Possibilitar ao/às graduandos/as e pós-graduandos/as de cursos *stricto sensu* a vivência de uma experiência de atuação profissional pautada na cidadania e na função social transformadora da educação com foco na inclusão.

Os/as monitores/as inclusivos/as dedicam 20 horas semanais para atuar nas atividades previstas e recebem pagamento mensal no valor de R\$ 1.200,00. Não substituem o papel do professor, mas funcionam como facilitadores, auxiliando na organização de estudos, transposição e adaptação de materiais didáticos, adaptação de conteúdo, e na leitura de textos conforme a necessidade do/a estudante atendido/a.

Essa prática não só apoia os estudantes diretamente, mas também promove a inclusão de maneira mais ampla, sensibilizando a comunidade acadêmica para a importância da solidariedade e da corresponsabilidade.

Os/as monitores/as inclusivos/as recebem formação inicial e participam de supervisões semanais que incluem construção de estratégias de apoio, orientações sobre como lidar com diferentes tipos de deficiência, técnicas de adaptação de materiais, estratégias para promover a autonomia dos estudantes, avaliação do progresso e ajuste de práticas conforme necessário. Elaboram relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas. Esse suporte é fundamental para a autonomia dos/as estudantes e para a construção de uma cultura inclusiva.

A vivência com essa prática foi indicando que era imperativo que se fizessem novas adequações nessa ação e desde 2023 a monitoria inclusiva passou a atender em duas modalidades. A primeira constitui em um/a monitor/a inclusivo/a para cada estudante atendido/a ser acompanhado nas aulas e apoiado fora das aulas também. A outra, funciona em forma de plantões com acompanhamento semanal do monitor/a inclusivo/a de quatro estudantes fora do horário de aulas regulares.

Atualmente a universidade possui 120 estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem. Sendo que 04 possuem deficiência auditiva; 05 deficiência visual; 14 deficiência física; 68 transtornos de aprendizagem (dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDHA, disgrafia, Transtorno Geral do Desenvolvimento – TGD); 22 Transtorno do Espectro Autista – TEA; e 7 outros não especificados. Desses, 24 estudantes, no momento, estão participando da monitoria inclusiva com 12 monitores/as inclusivos/as.

Destaca-se que esses dados são bastante dinâmicos porque alguns estudantes concluem

seus cursos, outros ingressam, muitos dos que ingressam inicialmente não indicam que têm deficiência ou transtorno de aprendizagem, mas no decorrer de seus cursos surgem as dificuldades de aprendizagem e buscam um atendimento da universidade. Essa procura é realizada pelo próprio/a estudante, ou pela coordenação do curso, ou pela família.

Assim, a coordenação do NAPEI possui as seguintes responsabilidades:

- Elaborar o edital junto ao PAC e à PROGRAD “Apoio à acessibilidade e à permanência de Pessoas com Deficiência e/ou Transtornos de Aprendizagem na Graduação – Monitoria Inclusiva”;
- Realizar junto com PAC a seleção dos/as monitores/as inclusivos/as;
- Oferecer formação inicial aos/as monitores/as inclusivos/as;
- Organizar encontro entre monitores/as inclusivos/as e os/as estudantes atendidos/as;
- Supervisionar e acompanhar os/as monitores/as inclusivos/as semanalmente;
- Organizar e ofertar formação aos/as monitores/as inclusivos/as;
- Ler e encaminhar para a PROGRAD os relatórios mensais dos/as monitores/as inclusivos/as;
- Acolher estudantes, família e profissionais que atendem os/as estudantes;
- Atender solicitações de coordenadores/as de curso oferecendo orientações sobre como proceder com o/a estudante com deficiência e/ou transtorno de aprendizagem;
- Realizar avaliações sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido na Monitoria Inclusiva semestralmente.

DISCUSSÃO, DESAFIOS E RESULTADOS:

O NAPEI tem promovido uma série de ações para incluir discentes com diversas deficiências e/ou transtornos de aprendizagem. Os resultados alcançados demonstram um impacto positivo na vida acadêmica dos/as estudantes atendidos/as.

Tem-se relatos de professores/as, dos/as monitores/as inclusivos/as e dos/as próprios/as estudantes sobre a diferença que a Monitoria Inclusiva vem trazendo para a vida desses/as estudantes como no caso de dois estudantes com TEA que, apesar de dominarem o conteúdo acadêmico, enfrentavam dificuldades com a organização das tarefas a serem realizadas e com o calendário. Acabavam reprovando na maioria das disciplinas em que estavam matriculados. Com o apoio da monitoria inclusiva conseguiram se organizar e planejar de forma adequada suas atividades e seus desempenhos melhoraram substancialmente, passaram a ser promovidos.

Em outros casos foi indicado que as avaliações em formato tradicional precisavam ser adaptadas devido à complexidade das instruções e/ou a dificuldade do/a estudante falar em público. Com as adaptações, o/a estudante teve sucesso na avaliação.

É evidente que com o suporte de um/a monitor/a inclusivo/a, a performance do/a estudante se eleva gradativamente.

Entretanto, para que a inclusão ocorra de fato, é imperiosa a parceria com os/as professores/as que precisam investir nas potencialidades de aprendizagem desses/as estudantes, atendendo às suas necessidades e propondo atividades que favoreçam seu desenvolvimento, compreendendo que existem diferentes caminhos para a aprendizagem. Quando isso ocorre, os resultados são animadores.

Para Pimentel (2012, p. 152) para que haja inclusão o professor

precisa possuir saberes específicos como: o reconhecimento das peculiaridades e diversidade do processo de aprendizagem; a percepção das potencialidades dos estudantes com deficiência de modo que possa planejar práticas pedagógicas que considerem as necessidades dos educandos, promovendo a adaptação do currículo escolar, isto é, modificando objetivos, formas de mediação pedagógica, metodologias, recursos didáticos, tempo de ensino e aprendizagem ou instrumentos de avaliação, quando necessário.

Esses exemplos mostram que, com o devido suporte, os/as estudantes são capazes de superar barreiras e alcançar sucesso acadêmico, evidenciando o impacto das práticas de inclusão. A implementação de uma educação inclusiva no ensino superior requer mais do que mudanças estruturais; exige uma transformação na cultura educacional. A corresponsabilidade de todos os membros da comunidade acadêmica é essencial para que as ações inclusivas sejam eficazes.

Apesar dos avanços, o NAPEI ainda enfrenta desafios, é possível assinalar que os desafios enfrentados incluem, além da necessidade de formação contínua dos/as docentes, a expansão das ações, o fortalecimento das parcerias intersetoriais e o desenvolvimento contínuo de estratégias inclusivas que são fundamentais para consolidar a inclusão.

Há também a resistência de alguns setores em adaptar práticas pedagógicas tradicionais, o que demanda uma maior sensibilização para a importância da inclusão. Ela envolve a mudança de mentalidade e a criação de um ambiente de aprendizagem que respeita e valoriza as diferenças. A experiência mostra que a inclusão só é possível quando há um esforço conjunto de todos os setores da instituição, rompendo barreiras e preconceitos.

Todavia, a acessibilidade pedagógica é a mais desafiadora, pois perpassa a participação dos/as docentes em espaços de formação continuada, que apesar de ser oferecida pela universidade semestralmente, a adesão ainda é incipiente, um número restrito de docentes participa.

Dessa forma, a inclusão no ensino superior não pode ser limitada a ações isoladas; deve envolver uma mudança na cultura institucional. A intersetorialidade permite que diferentes setores trabalhem juntos para remover barreiras e promover uma educação mais justa. A corresponsabilidade de professores/as, monitores/as inclusivos/as e gestores/as é fundamental para que a inclusão seja efetiva.

A ampliação da equipe, tornando-a multidisciplinar e a busca por novas parcerias, tanto dentro quanto fora da universidade, é um passo importante para ampliar o alcance das ações inclusivas. Parcerias com organizações especializadas em acessibilidade, desenvolvimento de tecnologias assistivas e apoio psicopedagógico podem contribuir para a expansão e inovação das práticas do NAPEI. É preciso distribuir responsabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nos últimos anos, temos vivenciado um aumento significativo no número de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem acessando nossa universidade. Contudo, a permanência e o sucesso desses/as discentes ainda é um desafio. Precisamos de processos educativos que combatam a exclusão, preparando o ambiente para receber pessoas com diferentes características, diminuindo as lacunas ainda existentes entre os direitos e a efetivação do acesso, permanência e sucesso educacional. A criação do NAPEI em 2017 marcou um avanço significativo na política de inclusão da universidade, com ações voltadas para o acolhimento e adaptação de estudantes com deficiência e dificuldades de aprendizagem. Entre seus principais objetivos estão o fortalecimento das condições de ingresso, permanência e conclusão de cursos, além da sensibilização da comunidade acadêmica para a corresponsabilidade na inclusão.

A resistência à mudança pedagógica ainda é uma barreira significativa, e é necessário criar um ambiente que valorize a inclusão como um processo contínuo e colaborativo. Contudo, os resultados alcançados pelo NAPEI demonstram um impacto positivo na vida acadêmica dos/as estudantes atendidos/as. A implementação do Projeto Ledores e depois da Monitoria Inclusiva são exemplos concretos para promover a inclusão e têm se mostrado como ferramentas eficazes na promoção da inclusão, reduzindo a evasão escolar e melhorando o desempenho acadêmico.

Se destaca como um modelo de inclusão no ensino superior, por meio de práticas inclusivas e adaptações pedagógicas. Tem promovido uma transformação significativa na vida dos/as estudantes, contribuindo para um ambiente acadêmico mais justo e acessível.

Assim, o trabalho desenvolvido demonstra que a inclusão e a acessibilidade são um processo de conscientização e de mudança social. Vai além do acesso, ela é sobre permanência, respeito e valorização das singularidades de cada estudante. Além disso, quando se trata de ensino superior, amplia-se a visão das pessoas da sociedade sobre a pessoa com deficiência e/o transtornos de aprendizagem diminuindo preconceitos e capacitismo.

Seguramente, docentes e estudantes que se abrem para a inclusão educacional aprendem a conviver com a diversidade e se tornam profissionais mais humanos; podem colaborar para uma educação de mais qualidade e acessível para todos/as.

A promoção de adaptações pedagógicas e o fortalecimento de uma rede de apoio têm proporcionado um ambiente mais acolhedor e igualitário. Continuar a investir em formação, parcerias e adaptações é crucial para que o ensino superior seja verdadeiramente inclusivo.

O futuro da educação inclusiva na universidade envolve o fortalecimento das parcerias e a ampliação das adaptações para garantir que nenhum estudante seja abandonado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

_____. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

COSTA, J. M. D. M.; PIECZKOWSKI, T. M. Z.. INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Educação em Revista, v. 36, p. e208179, 2020.

DICIONÁRIO SIGNIFICADOS. Significado de Inclusão. <https://www.significados.com.br/inclusao/>. 2017.

DICIONÁRIO SIGNIFICADOS. Significado de Acessibilidade <https://www.significados.com.br/acessibilidade/>. 2014.

FERRARI, M.L.D; SEKKEL M, C Educação inclusiva no Ensino Superior: Um novo desafio. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 2007 (4), 636-647.

MOURÃO, Marisa Pinheiro. Formação continuada de professores a distância: concepções de professores sobre a surdez, Libras e educação de pessoas surdas. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C. de; FERREIRA, J. M. (orgs.) *Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos*. Uberlândia, MG:EDUFU, 2011.

NOFFS, Neide de Aquino. Proposta para o Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2017.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão. In: MIRANDA, T. G. e GALVÃO FILHO, F. A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, Ana Paula Rocha. *Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais: o caso de cursos de licenciatura do UFRB*, 2010. Monografia – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa/BA, 2010.

STAINBACK, W. & STAINBACK S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.